

Operação Carne Fraca expõe crise entre Polícia Federal e Ministério Público

**Nova operação
expõe crise entre
Polícia Federal e
Ministério Público**

Disputa é motivada
pela não participação
da PF na negociação
de acordos de
colaboração de
delatores da Lava Jato

Kelli Kadanus

● A deflagração da operação Carne Fraca pela Polícia Federal na última sexta-feira (17) é mais um sinal da crise institucional entre a PF e o Ministério Público Federal (MPF), que tem a Lava Jato como pano de fundo. A operação dos frigoríficos, que ganhou manchetes e concentrou as atenções, ocorreu no mesmo dia em que a Lava Jato completou três anos. Na linha de frente das investigações, o delegado Maurício Moscardi Grillo afirmou durante a coletiva que a escolha da data foi proposital. O objetivo seria usar o dia como mais um elemento para chamar a atenção para a situação de corrupção sistêmica que assola o país. Mas, nos bastidores, a escolha da data foi encarada como uma forma de ofuscar a Lava Jato — ou melhor, o MPF.

A entrevista coletiva da PF sobre a Operação Carne Fraca ocorreu algumas horas antes da coletiva de imprensa concedida pelo MPF para apresentar um balanço dos três anos da Lava Jato.

Enquanto os procuradores do MPF faziam um balanço dos três anos da Lava Jato e a importância da cooperação jurídica com outros países para as investigações, os olhos do Brasil estavam voltados para as revelações da Carne Fraca, que mostrou um esquema de corrupção envolvendo o mercado de carnes no Brasil e agentes agropecuários.

O presidente da Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal, Carlos Eduardo Sobral, disse ao site jurídico Jota que a Lava Jato ficou maior para o MPF e a sociedade tem a impressão de que a PF é apenas “cumpridora de mandados”.

Em outubro do ano passado, o delegado Marcio Anselmo, que iniciou as investigações da Lava Jato, também demonstrou insatisfação com o Ministério Público. Disse em entrevista à *Gazeta do Povo* que o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, estava “em uma cruzada contra a polícia”. Na época, Anselmo reclamou que é comum que a polícia fique “refém” e seja

surpreendida por acordos negociados apenas com o MPF

Antes das delações premiadas, a condução dos depoimentos no âmbito da Lava Jato foram o motivo de desentendimento entre a PF e o Ministério Público. Em 2015, os procuradores ficaram incomodados com a decisão da PF de marcar depoimentos de investigados sem consultar previamente o MPF.

A insatisfação chegou a Janot. O procurador-geral chegou a dizer que cabe ao MPF definir a estratégia de investigação da Lava Jato. A PF reagiu; afirmou que o STF não determina a ordem de preferência para a tomada de depoimentos e que todas as oitivas foram realizadas na presença de representantes do próprio Ministério Público.

CONTINUA

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

24 MAR 2017

Acordo de delação da Odebrecht gerou mais insatisfação

● A insatisfação da Polícia Federal com o Ministério Público Federal se agravou durante as tratativas para os acordos de colaboração premiada com os executivos da Odebrecht. O MPF fez a negociação sozinho, alegando que a PF não precisa participar de acordos de delação. A Polícia Federal, por sua vez, defende que também é uma prerrogativa dos delegados fazer acordos com os investigados. Em entrevista à **Gazeta do Povo** sobre os três anos da Lava Jato, a delegada Renata Rodrigues deixou

transparecer essa insatisfação. Disse que não é possível para os investigadores da Polícia Federal terem noção do tamanho da delação da Odebrecht, uma vez que não participaram da negociação. Aproveitou para alfinetar os procuradores do Ministério Público Federal.

“A gente acredita que colaborações como as da Odebrecht vão trazer fatos inéditos. A gente espera, esse é o objetivo da colaboração, pelo menos, trazer fatos inéditos, não só trazer fatos que a gente talvez já tivesse conhecimento aqui e tivesse condições de responsabilizar as pessoas”, disse a delegada.

Alvos fizeram doações a deputados do PR

Empresas e pessoas investigadas pela Polícia Federal repassaram em 2014 R\$ 715 mil para quatro campanhas eleitorais

Fernando Martins

● Empresas e pessoas que foram alvo da Operação Carne Fraca fizeram em 2014 doações eleitorais oficiais de R\$ 715 mil, direta ou indiretamente, para quatro políticos citados no despacho judicial que autorizou a ação da Polícia Federal, do juiz Marcos Josegredi da Silva.

Todos esses políticos são paranaenses e dois deles — o ministro da Justiça, Osmar Serraglio, e o deputado federal Sérgio Souza, ambos do PMDB — foram acusados pela senadora e ex-ministra da Agricultura Katia Abreu (PMDB-TO), de terem feito “pressão nunca vista” para manter Daniel Gonçalves Filho na superintendência do ministério no Paraná. Gonçalves Filho é apontado pela PF como chefe do esquema de corrupção investigado pela Carne Fraca.

Além de Serraglio e Souza, receberam dinheiro de empresas ou de pessoas investigadas o deputado federal João Arruda (PMDB) e o deputado estadual Tião Medeiros (PTB).

Nenhum dos políticos citados é alvo da investigação da PF, que afirma não ter encontrado indícios de participação deles no suposto esquema de propina no Ministério da Agricultura. Porém, na sexta-feira passada, dia da deflagração da operação, o delegado da PF Maurício Moscardi Grillo afirmou que “parte do esquema criminoso dos agentes fiscais ajudava em campanhas políticas ligadas ao PMDB e ao PP”.

Serraglio, que é deputado federal licenciado, se reelegeu com uma campanha que teve um aporte de R\$ 200 mil da JBS — gigante do setor de alimentos no país. A doação foi intermediada pelo diretório nacional do PMDB, que recebeu os valores e os repassou ao peemedebista.

O ministro aparece na investigação numa escuta telefônica em que procura Gonçalves Filho, a quem chama de “grande chefe”, para tratar da uma fiscalização num frigorífico do interior do Paraná que foi um dos alvos da Carne Fraca.

Já Sérgio Souza recebeu doações eleitorais de duas empresas investigadas: R\$ 200 mil da BRF (repassada pela direção nacional do PMDB) e R\$ 10 mil da Jaguafrangos (doação direta da empresa). Ele também ganhou aportes eleitorais de duas pessoas investigadas:

Ronaldo Sousa Troncha (R\$ 12 mil), ex-assessor dele, e Valdecio Antonio Bombonato (R\$ 50 mil), sócio da empresa Fortesolo e ex-sócio da Portal Operações Portuárias (hoje chamada Fênix Fertilizantes). O deputado Medeiros também recebeu doações eleitorais da Fortesolo (R\$ 28 mil) e de Bombonato (R\$ 15 mil).

João Arruda recebeu R\$ 200 mil da BRF em 2014. O dinheiro foi repassado pela direção nacional do partido. O despacho judicial afirma que Arruda tinha influência política na superintendência do ministério no Paraná durante a gestão da ex-ministra Kátia Abreu, entre 2015 e 2016.

CONTINUA

24 MAR 2017

GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

Ex-assessores dos parlamentares tinham ligações no ministério

● Ronaldo Troncha foi chefe de gabinete do deputado Sérgio Souza entre abril de 2015 e agosto de 2016. O ex-assessor é apontado nas investigações da Carne Fraca como uma pessoa que tem "ligação próxima" com Daniel Gonçalves Filho, ex-superintendente do Ministério da Agricultura no Paraná. Em gravação autorizada pela Justiça, Gonçalves F^o passa sua senha no sistema para Troncha acompanhar processos internos do ministério. O assessor do deputado também teria intermedia-

do a contratação de um advogado para reverter a exoneração de Gonçalves Filho. Troncha recebeu ainda um total de R\$ 10 mil depositados pelo suposto chefe do esquema no ministério.

O empresário Valdecio Bombonato é sócio da empresa Fortesolo e já foi sócio da Portal Operações Portuárias (hoje Fênix Fertilizantes). A Portal, por sua vez, seria de propriedade de Gonçalves Filho, segundo o fiscal que denunciou o caso à PF, Daniel Gouvêa Teixeira. A PF investiga o uso dessas empresas para intermediar pagamentos suspeitos oriundos do esquema. Ex-assessor parlamentar do

deputado João Arruda, Heuler Iuri Martins é outro sob investigação. Martins apareceu em conversas interceptadas que, para a PF, levantam a suspeita de que ele teria defendido, por meio de contatos com servidores do ministério, a liberação de empresas que eram alvo da fiscalização sanitária (nenhuma das empresas é da BRF, que fez a doação a Arruda). A PF ainda suspeita que o assessor teria recebido alimentos aparentemente de forma ilícita. Troncha e Martins não foram localizados pela reportagem. Já Bombonato não retornou ao contato telefônico. **(FM)**

Acusados dizem que doações foram legais

● O ministro Osmar Serraglio nega irregularidades no recebimento de doações e diz que nunca teve contato com a JBS, que fez a doação via Diretório Nacional do PMDB. O deputado Sérgio Souza afirma que "as doações de pessoas e empresas foram de livre e espontânea vontade" e declaradas à Justiça Eleitoral. O deputado João Arruda diz que a investigação da PF não coloca em dúvida a doação da BRF. Ele negou ter influência política no Ministério da Agricultura. O deputado Tião Medeiros declarou que as doações rece-

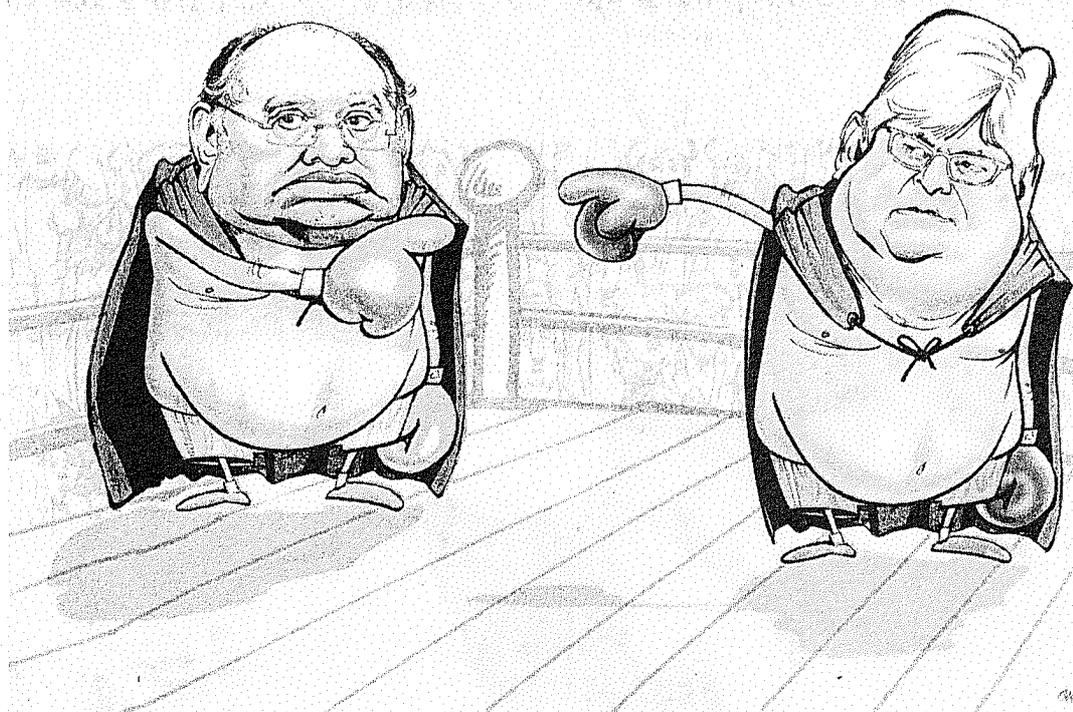
bidas são oficiais, registradas na Justiça Eleitoral e que não há nenhuma ilegalidade nelas.

A JBS afirmou que "as doações a partidos políticos guardaram relação com a abrangência e proporcionalidade das suas operações – a empresa opera em quase todos estados do país – e foram realizadas em total acordo com a legislação". A BFR não retornou ao pedido de entrevista da **Gazeta do Povo**. O proprietário da Jaguafrangos, Sidnei Donizeti Bottazzari, disse que a contribuição eleitoral a Sérgio Souza não teve nenhuma irregularidade e que foi devidamente registrada na campanha. A Fortesolo não quis se pronunciar.

24 MAR 2017

GAZETA DO POVO

PAIXÃO



24 MAR 2017

GAZETA DO POVO

Jornal é alvo de ações judiciais em série por policiais militares

Renan Barbosa

● O jornal *A Gazeta*, do Espírito Santo, é alvo de uma série de ações judiciais movidas por policiais militares por causa da charge “Carnaval 2017”, publicada pelo cartunista Amarildo na edição do dia 18 de fevereiro. A charge mostra o encontro de um policial fantasiado de ladrão e de um ladrão vestido de policial, que, armado, anuncia o assalto. O caso reacende as discussões sobre liberdade de imprensa e direito à honra, e traz à tona a possibilidade de assédio à atividade jornalística por meio da litigância em série.

Até o dia 22 de março, já havia cinco ações com alegação de danos morais e pedido indenização, quatro delas com conteúdo idêntico, ajuizadas pela mesma advogada, mas de policiais diferentes. O juiz Alexandre de Oliveira Borgo, da Serra (ES), negou os pedidos liminares das quatro ações de conteúdo idêntico. O magistrado considera que “a charge demonstra um contexto de carnaval, uma data comemorativa em que as pessoas se fantasiam de determinados personagens reais e da ficção” e

conclui: “Aparentemente não vislumbro em cognição sumária qualquer ofensa direta à dignidade do autor nem à categoria dos policiais, eis que a charge não se dirige diretamente ao autor nem à categoria mas apenas relata uma situação cotidiana e se refere especificamente a dois personagens específicos e fictícios e em período de carnaval”

Uma mensagem de texto divulgada por WhatsApp conclama os policiais a entrarem com “ação de indenização conjunta” contra o Grupo *A Gazeta* devido a “inúmeras notícias tendenciosas com fulcro em deturpar luta digna e legítima de nossa nobre e valorosa categoria” e à charge publicada, que seria o ápice da “tentativa maquiavélica” do jornal contra os policiais.

Procurada pela *Gazeta do Povo*, a Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar do Estado do Espírito Santo (ACS-ES) não comentou o assunto. Mas, segundo *A Gazeta* (ES), o cabo Fernando Lopes Lyra, diretor da ACS, relatou que houve policiais que ficaram ofendidos com a charge e que a entidade apoia seus associados.

LIBERDADE DE EXPRESSÃO

A Associação Nacional de Jornais (ANJ), a Associação Nacional de Editores de Revistas (ANER) e a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT) afirmam, nota, reconhecer o direito de acesso à justiça, mas repudiam o exercício abusivo deste direito com o objetivo de tolher a liberdade de expressão e a atividade jornalística. Para Andre Hees De Carvalho, editor chefe do jornal *A Gazeta*, as mensagens e as ações ajuizadas até o momento são uma tentativa de retaliação contra o jornal por sua cobertura da greve dos policiais militares no Espírito Santo no mês de fevereiro. Ricardo Pedreira, diretor-executivo da ANJ, ressalta essa preocupação: “*A Gazeta* de Vitória já vinha sofrendo ameaças por policiais militares, havia todo um clima contra a cobertura jornalística que a *Gazeta* vinha fazendo”.

24 MAR 2017

GAZETA DO POVO

Odebrecht diz no TSE que inventou campanha da chapa Dilma-Temer

Kelli Kadanus

● Em depoimento ao ministro Herman Benjamin, do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), no processo que pede a cassação da chapa Dilma – Temer nas eleições de 2014, o executivo Marcelo Odebrecht disse que inventou a campanha de reeleição de Dilma Rousseff (PT). Partes do depoimento de Odebrecht foram obtidas pelo blog *O Antagonista*.

“A campanha presidencial de 2014, ela foi inventada primeiro por mim, tá? E... eu não me envolvi na maior parte das demais campanhas, mas a... a eleição presidencial foi... eu conheço ela... os valores foram definidos por mim”, disse o executivo.

Segundo os trechos divulgados pelo blog, Marcelo Odebrecht teria afirmado que foram disponibilizados R\$ 300 milhões aos ex-ministros Guido Mantega e Antônio Palocci.

Nos documentos vazados há uma menção de Odebrecht ao ex-ministro paranaense Paulo Bernardo. Segundo o executivo, Bernardo pediu R\$ 64 milhões para a aprovação de uma linha de crédito.

OUTROLADO

Dilma Rousseff divulgou uma nota em que afirma que a ex-presidente não tem e nunca teve qualquer relação próxima com o empresário Marcelo Odebrecht, mesmo nos tempos em que ela ocupou a Casa Civil no governo Lula. “O senhor Marcelo Odebrecht precisa incluir provas e documentos das acusações que levanta contra a ex-presidenta, como a defesa de Dilma solicitou – e teve negado os pedidos – à Justiça Eleitoral. Não basta acusar de maneira leviana”, diz a nota.

24 MAR 2017

• LUTO **GAZETA DO POVO**

Milton Ivan Heller, jornalista e pesquisador, morre aos 86

Laura Beal Bordin

● Morreu na quarta-feira (22), em Curitiba, aos 86 anos, o jornalista Milton Ivan Heller, que teve passagens por publicações como “Jornal do Brasil”, “Estado do Paraná”, “Última Hora” e revista “Placar”.

Aposentado das redações desde 2001, dedicou-se avidamente à pesquisa sobre temas relacionados à ditadura militar no Brasil, tornando-se referência nacional.

Além de ser autor de um dos principais livros sobre o regime no estado do Paraná, “Resistência democrática — a repressão no Paraná”, Heller também acabou perseguido pela ditadura quando trabalhava no jornal “Última Hora”, do jornalista Samuel Wainer — o único grande periódico a defender o presidente deposto João Goulart. Como punição, Heller e outros jornalistas passavam tardes trancados em uma sala do Quartel da Praça Rui Barbosa, local que hoje abriga a Rua da Cidadania da Matriz.

Além de sentir na pele a represália da ditadura, Milton Ivan Heller se tornou uma espécie de porta-voz dos presos políticos no Paraná.

Foi o primeiro a entrevistar os presos pela ditadura no episódio conhecido como o “Encontro da Chácara do Alemão”, quando algumas dezenas de estudantes se reuniram em uma chácara no Boqueirão para um encontro dos representantes paranaenses da União Nacional dos

Estudantes (UNE) e foram surpreendidos por agentes da ditadura e levados para o presídio do Ahú.

Heller acompanhou de perto o caso, até o desfecho — o julgamento dos envolvidos. Ele fez a cobertura também pelo “Última Hora”.

O corpo do jornalista foi enterrado ontem, às 17h, no Cemitério Jardim da Saudade, no bairro do Portão.

Com a colaboração de Cecília Tümler.

André Rodrigues/Gazeta do Povo



Heller virou referência sobre ditadura militar no Brasil.

24 MAR 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Pedido de abertura de inventário implica aceitação tácita da herança

3ª Turma rejeitou recurso de homem que, representando seu pai morto recentemente, pretendia figurar como único herdeiro no inventário da irmã

O pedido de abertura de inventário e arrolamento de bens, com a regularização processual por meio de nomeação de advogado, implica aceitação tácita da herança, ato que é irrevogável.

O entendimento é da 3ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, ao negar Recurso Especial contra acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo que negou pedido de renúncia à herança formulado pelo filho, representando seu pai morto recentemente, para figurar como único herdeiro no inventário da irmã.

Após a morte da irmã, restaram como únicos herdeiros o pai e o irmão dela, que, conjuntamente, ajuizaram ação de inventário e arrolamento de bens. O pai morreu 30 dias depois da propositura da ação, o que levou o filho a formular pedido de renúncia em nome de seu pai à herança da filha, no caso, sua irmã.

O juiz de primeira instância negou o pedido por entender que o pai já havia dado sua aceitação à herança, ainda que tacitamente, no momento em que ajuizou a ação de arrolamento e inventário.

No STJ, o recorrente alegou que o fato de o pai ter regularizado sua representação processual nos autos do inventário de sua filha não poderia caracterizar uma aceitação tácita à herança, uma vez que a mera abertura de inventário

decorre de obrigação legal.

“Ao assumir tal condição, resta vedado ao seu herdeiro renunciar à sucessão da filha em seu lugar, tendo em vista que a aceitação é irretroatável. É, por isso, desprovido de valor qualquer renúncia posterior à aceitação da herança, garantindo-se, em última análise, a segurança jurídica, especialmente no que tange ao interesse de terceiros em face do espólio”, explicou o ministro.

Erro em classificação de testemunha não gera nulidade da prova, diz STJ

Quem firma acordo de delação premiada deve ter sua condição identificada ao depor perante o juiz, e não deve ser designado como testemunha, e sim como informante, pois essas são categorias diferentes, que geram provas de valor diferente. Porém, “a errônea nomeação como testemunha não gera nulidade na colheita ou valoração dessa prova”.

O entendimento é da 6ª

Turma do Superior Tribunal de Justiça ao negar Recurso em Habeas Corpus impetrado por um fiscal de renda de São Paulo denunciado por envolvimento em suposto esquema criminoso investigado pela operação Zinabre, desdobramento da “lava jato”. A decisão foi unânime.

De acordo com a denúncia, fiscais do ICMS exigiam propina de empresas para não cobrar dívidas tributárias. A

24 MAR 2017

INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Lava Jato: Fachin manda que Polícia Federal interrogue Jucá, Renan, Sarney e Sérgio Machado



Fachin determina que PF interrogue Jucá, Renan, Sarney e Sérgio Machado

O ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), deu encaminhamento a uma ordem para que a Polícia Federal (PF) interrogue os senadores Romero Jucá (PMDB-RO) e Renan Calheiros (PMDB-AL), bem como o ex-presidente José Sarney e o ex-presidente da Transpetro (subsidiária da Petrobras) Sérgio Machado.

Os quatro são alvos de inquérito no STF, aberto em fevereiro, no qual são acusados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) do crime

de embaraço à Lava Jato, por tentarem barrar ou atrapalhar as investigações da operação.

Os interrogatórios já haviam sido autorizados por Fachin em fevereiro, mas, em despacho datado da última segunda-feira, o ministro enviou os autos à PF para que dê prosseguimento à determinação.

Fachin ordenou ainda que seja colhido, nas companhias aéreas, o registro de todas as passagens aéreas emitidas e utilizadas por Sérgio Machado no período entre 1º de dezembro de 2015 e 20 de maio de 2016.

Aroldo Murá

NO NEGATIVO: SÉRGIO SOUZA É SERRAGLIO

Os paranaenses Osmar Serraglio, ministro da Justiça recém escolhido, e Sergio Souza, deputado federal que vai presidir a Comissão de Agricultura da Câmara, não estão bem na foto.

Serraglio porque foi flagrado em gravação da PF com aquela saudação muito amistosa e carinhosa, chamando de "grande chefe" o ex-delegado do Ministério da Agricultura no Faraná, apontado como capo maior do esquemão de

fraudes na fiscalização de produtos animais.

Sergio Souza foi desancado – com Serraglio – por Kátia Abreu, ex-ministra da Agricultura, que acusa os dois de terem sido responsáveis pela escolha da ex-autoridade, a quem ela classificou de "bandido".

O deputado diz, em nota, que Kátia nunca aceitaria pressões, "todos sabem". Mas que ela, Kátia, isto sim, é quem sabe pressionar, como fez quando pressionava parlamentares para que votassem contra o 'impeachment' de Dilma.

CARNE FRACA

Ainda da área.

Ao anunciar, na manhã de quinta, 23, a eleição do deputado Sergio Souza para presidir a Comissão de Agricultura e Pecuária

da Câmara, a assessoria do deputado foi direta: a primeira ação do parlamentar na Comissão será tratar da Operação Carne Fraca, realizada pela Polícia Federal.

24 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

Fachin determina que PF interrogue Jucá, Renan, Sarney e Sérgio Machado

São Paulo - O ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no STF (Supremo Tribunal Federal), deu encaminhamento a uma ordem para que a Polícia Federal interrogue os senadores Romero Jucá (PMDB-RO) e Renan Calheiros (PMDB-AL), bem como o ex-presidente José Sarney e o ex-presidente da Transpetro (subsidiária da Petrobras) Sérgio Machado. As informações são da Agência Brasil.

Os quatro são alvos de inquérito no STF, aberto em fevereiro, no qual são acusados pela PGR (Procuradoria-Geral da República) de tentarem barrar ou atrapalhar as investigações da operação Lava Jato.

Os interrogatórios já haviam sido autorizados por Fachin em fevereiro, mas, em despacho datado da última segunda-feira (20), o ministro enviou os autos à PF para que dê prosseguimento à determinação. Fachin ordenou ainda que seja colhido, nas companhias aéreas, o registro de todas as passagens aéreas emitidas e utilizadas por Sérgio Machado no período entre 1º de dezembro de 2015 e 20 de maio de 2016.

ADVOGADO

O ministro deixou indefinido, entretanto, o cumprimento de uma terceira medida que havia autorizado em

fevereiro, a pedido da PGR: que fosse apurado no STF todos os registros de acesso do advogado Eduardo Antônio Luchô Ferrão às dependências da Corte, em Brasília.

Segundo o procurador-geral da República, Rodrigo Janot, Ferrão foi o interlocutor incumbido por Sarney e Renan de tentar influenciar o ministro Teori Zavascki, então relator da Lava Jato no STF, a limitar o alcance da operação.

A indefinição ocorre devido a um pedido feito pela OAB (Ordem dos Advogados do Brasil) para que Fachin reconsidere a providência. A entidade argumentou que a diligência solicitada pela PGR viola as prerrogativas constitucionais da advocacia.

Para a OAB, é irrelevante para a investigação quantas visitas ou audiências foram feitas pelo advogado no STF. "Se o fez, e quantas vezes o fez, estava no desempenho de seu exercício profissional, cuja lei de regência assegura seu livre ingresso e permanência em qualquer órgão público", diz o texto da entidade. Sobre esse ponto, Fachin escreveu em seu despacho que ainda irá se manifestar.

O CASO

Aberto em fevereiro, o inquérito contra os políticos e o ex-presidente da Transpetro teve como base o acordo de delação premiada de Sérgio Machado e conversas gravadas entre ele e os outros envolvidos.

As gravações foram divulgadas no ano passado, após a retirada do sigilo do conteúdo das delações de Machado. Em uma das conversas, Romero Jucá cita um suposto "acordo nacional" para "estancar a sangria".

O advogado de José Sarney e Romero Jucá, Antônio Carlos de Almeida Castro, o Kakay, classificou de "absurda" a decisão do STF de abrir o inquérito com base em uma "gravação espúria", mas disse que uma vez instaurada a investigação "é absolutamente normal a oitiva dos envolvidos".

Por meio de nota, Renan disse que "todos os depoimentos necessários serão prestados". A reportagem não conseguiu contato com a defesa de Sérgio Machado.

24 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

INFORME

Sem pé nem cabeça

O procurador Deltan Dallagnol publicou nas suas redes sociais um texto no qual ataca a tese defendida pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), de que as delações premiadas cujo conteúdo tenha sido objeto de vazamento podem ser anuladas. Para o coordenador da força-tarefa de procuradores da Lava Jato, em Curitiba, embora os vazamentos sejam condenáveis, a ideia de anular “não tem pé nem cabeça”. “A proposta abriria um canal para que os próprios delatores, delatados ou pessoas mal intencionadas garantissem a impunidade de potenciais criminosos. Seu efeito seria a contenção do avanço de investigações como a #LavaJato, que se expandem exponencialmente por meio das delações”, apontou Dallagnol. Ao finalizar seu texto, Dallagnol é taxativo ao afirmar que a proposta preocupa “por potencialmente acarretar a impunidade de políticos e empresários do círculo do poder que desviaram bilhões e estão na iminência de serem responsabilizados”.

Lista fechada

Em seminário sobre reforma política em Brasília, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu a adoção do sistema distrital misto, com a implantação de uma lista pré-ordenada por partido. Para o ministro, a lista fechada é mais democrática do que a lista aberta, por permitir que o cidadão veja o “pacote completo” de candidatos de cada sigla. No atual sistema, destacou Barroso, um eleitor que vota em um deputado federal filiado a um partido favorável à descriminalização do aborto pode acabar elegendo um pastor evangélico da mesma coligação. Como exemplo de sua teses, ele lembrou que o PT, com agenda ligada a movimentos feministas, e o PR, com bandeiras mais conservadoras, já fizeram parte da mesma coligação em eleições passadas. A proposta vai constar do relatório do deputado Vicente Cândido (PT-SP) na Comissão da Reforma Política da Câmara. Na avaliação de especialistas, o modelo de lista fechada pode engessar a composição do Congresso e garantir o foro privilegiado a parlamentares suspeitos de envolvimento no esquema de corrupção investigado na Lava Jato.

MILITÃO

●● A OAB do Paraná manifestou-se favorável à criação de turmas descentralizadas do Tribunal Regional Federal em Curitiba. A ação visa aproximar os jurisdicionados das realidades regionais e dar o atendimento adequado à crescente demanda. A decisão foi a partir de consulta feita pela Associação Paranaense de Juizes Federais, a Apajufe.

24 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

Preso na Carne Fraca acusa Sérgio Souza de receber propina de fiscal

Deputado paranaense vai presidir a Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara

Agência Estado

São Paulo - Eleito por unanimidade nesta quinta-feira, 23, presidente da Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara, o deputado federal Sérgio Souza (PMDB-PR) tem seu nome citado em grampos da Operação Carne Fraca como tendo recebido "muito dinheiro" do fiscal apontado como líder do esquema criminoso no Ministério da Agricultura e preso pela PF, Daniel Gonçalves Filho. Na conversa, o representante de uma cooperativa agrícola chega a afirmar ainda que o parlamentar teria "rabo preso".

O nome de Souza surgiu em um diálogo de 11 de abril de 2016 entre o ex-superintendente regional do Paraná e que estava lotado no Serviço de Vigilância Agropecuária no Porto de Paranaguá (PR) até a deflagração da operação, Gil Bueno de Magalhães, e um interlocutor identificado como Francisco e que representa a Cooperativa Agroindustrial Castrolanda, em Castro (PR).

O diálogo ocorreu na véspera da votação na Câmara sobre a continuidade do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT). Na ocasião, o governo tentava conseguir os votos do PMDB, que foi eleito na chapa de Dilma e seu vice Michel Temer (PMDB) em 2014, mas acabou abandonando o governo na reta final do processo de afastamento da petista. No dia 17 de abril daquele ano, a Câmara aprovou, por unanimidade, a continuidade do processo de impeachment, que seguiu para o Senado.

Apesar das menções aos parlamentares, a PF não identificou suspeitas de crimes envolvendo os políticos com foro privilegiado. Desde novembro, a Procuradoria da República no Paraná compartilhou com o procurador-geral da República Rodrigo Janot os resultados dos grampos.

BRIGA

Não é a primeira vez que o nome do deputado, que agora vai presidir a comissão responsável por discutir a política agrícola do País, é citado como relacionado ao fiscal

preso na Operação Carne Fraca. Na última terça-feira, 21, a senadora Kátia Abreu (PMDB-TO) havia afirmado da tribuna do Senado que foi pressionada no ano passado por Sérgio Souza e Serraglio (Osmar Serraglio) para manter Daniel Gonçalves no cargo. Até o impeachment, a senadora era ministra da Agricultura no governo Dilma.

A versão vai ao encontro aos diálogos interceptados pela PF na Carne Fraca. Em um deles, por exemplo, a chefe do Serviço de Inspeção de Produtos de Origem Animal, Maria do Rocio, afirma ao funcionário da Seara Flávio Cassou que Souza havia prometido "segurar, segurar, segurar", Daniel no cargo.

CONTINUA

DIÁLOGO

O diálogo ocorreu em 12 de abril de 2016, quando Flávio informou Maria sobre o afastamento de Daniel na época devido a um processo administrativo no ministério:

“Flávio: Isso, é que agora ontem suspenderam e hoje exoneraram

Maria: Tá brincando

Flávio: Foi ele, foi Tocantins, foi São Paulo. PMDB FOI TUDO. Dai eu queria saber com o deputado pra ver se precisa dar um toque, dar uma mexida, mexer na empresa, mas ele não me atende o desgraçado

Maria: Tá brincando”.

Deflagrada na sexta-feira, 17, a Carne Fraca levou ao afastamento de 33 servidores da Agricultura após identificar que haveria um esquema de corrupção nas regionais do Ministério da Agricultura nos Estados do Paraná, Minas Gerais e Goiás.

Na lista de irregularidades identificadas pela PF estão o pagamento de propinas a fiscais federais agropecuários e agentes de inspeção para comercialização de certificados sanitários e aproveitamento de carne estragada para produção de gêneros alimentícios. Os pagamentos indevidos teriam o objetivo de atender aos interesses de empresas fiscalizadas para evitar a efetiva e adequada fiscalização das atividades, segundo a investigação.

TRONCHA

Ronaldo Troncha, que trabalhou com o peemedebista entre abril de 2015 e outubro de 2016, também aparece na investigação da Carne Fraca e teria proximidade com Da-

niel Gonçalves Filho. Troncha teria recebido duas transferências de R\$ 10 mil entre 2009 e 2011. O fiscal agropecuário nega que tenha cometido qualquer irregularidade.

Atualmente, Daniel Filho, Maria do Rócio e Gil, que aparecem nos grampos, estão presos. A reportagem entrou em contato e mostrou os grampos para a assessoria de Souza na quarta-feira, 22, mas o parlamentar ainda não se posicionou oficialmente sobre o caso. A reportagem também procurou a Castrolanda desde quarta-feira, 22, mas ninguém atendeu no telefone registrado no site e a assessoria de imprensa não retornou ao e-mail da reportagem.

DEFESA DO PMDB

O PMDB não autoriza ninguém a falar em nome do partido e está à disposição da Justiça para qualquer esclarecimento.

DEFESA DA JBS

“A JBS não compactua com qualquer desvio de conduta de seus funcionários e tomará todas as medidas cabíveis.”

'Ele recebeu muito dinheiro do suspenso aí'

Em um determinado momento da conversa interceptada pela Polícia Federal, o interlocutor identificado como Francisco pergunta ao ex-superintendente regional do Paraná no Mapa, Gil Bueno de Magalhães, sobre o deputado Sérgio Souza:

“Francisco: Gil, aquele, aquele Sérgio Souza, pelo que me falaram, ele tá, ele tá a favor do PT nessa história do impeachment, impeachment?”

Gil: Hã han. Tá ele recebe, ele recebeu muito dinheiro do suspenso aí (em referência ao fiscal Daniel Filho, que na época havia sido suspenso devido a um processo

administrativo no Ministério da Agricultura)
Francisco: Ah... ah, ele tá com o rabo preso

Gil: É (ininteligível) com ele é, entende?

Francisco: Humm

Gil: Então eu não sei o que ele vai

Francisco: Tá louco, quem escapa hoje em dia não?

Gil: É, é complicado, tá?

Francisco: É”

24 MAR 2017

FOLHA DE LONDRINA

Procuradoria denuncia esquema na Eletronuclear

Rio de Janeiro - O Ministério Público Federal no Rio denunciou na tarde desta quinta-feira (23) sete pessoas, das quais cinco ex-dirigentes da Eletronuclear, pelo crime de lavagem de dinheiro em obras da usina de Angra 3, que ainda está em construção em Angra dos Reis (RJ).

Além dos dirigentes, dois sócios de uma empresa que prestou serviço na obra também foram denunciados pela Procuradoria. O grupo é acusado de ocultar R\$ 2,3 milhões. A investigação faz parte da operação Pripyat, desdobramento da Lava Jato que apura desvios na Eletronuclear e que levou à prisão o ex-presidente da estatal, o almirante Othon Pinheiro.

Segundo a Procuradoria, o esquema fraudava licitações e lavava dinheiro em contratos entre a Eletronuclear e as empresas Andrade Gutierrez e Engevix para obras na usina de Angra 3. Os cinco ex-dirigentes da estatal já eram réus e se encontram presos preventivamente. Outros dois sócios da empresa VW Refrigeração também são acusados de participarem do esquema.

De acordo com o MPF, "o esquema de lavagem de dinheiro entre a construtora Andrade Gutierrez e a VW se revelou maior do que tinha sido investigado".

Segundo a denúncia, que ainda não foi aceita ainda pela Justiça Federal, o esquema atendia não só ao ex-superintendente de construção da Eletronuclear, mas a outros quatro dirigentes, todos denunciados.

AVW teria firmado contratos de prestação de serviços fictícios. O único serviço para o qual a empresa teria sido contratada foi para uma vistoria de centrais de gelo no canteiro de obras da usina. A vistoria teria durado poucos dias, mas o contrato fixara quatro anos de serviços prestados.

24 MAR 2017

JORNAL DO ÔNIBUS

Paraná terá 100% dos eleitores identificados

Presidente do TRE apresentou os planos na Assembleia Legislativa



Traiano recebeu a visita do presidente do TRE, Adalberto Xisto Pereira

Alep

O presidente do Tribunal Regional Eleitoral do Paraná (TRE-PR), desembargador Adalberto Jorge Xisto Pereira, esteve na Assembleia Legislativa do Paraná nesta quinta-feira (23) para convidar pessoalmente o presidente da Casa, deputado Ademar Traiano (PSDB), para o lançamento da expansão da revisão do eleitorado com identificação biométrica no Paraná. A solenidade acontece no dia 3 de abril, em Umuarama, a maior cidade a fazer parte do processo de biometria nesta fase.

A Assembleia Legislativa e os 54 deputados estaduais estão empenhados em colaborar com o cadastramento biométrico, levando informações para a população e conscientizando os líderes municipais a apoiarem o TRE-PR em todo o processo. "Nós somos a Casa do Povo, na qual todos que aqui estão são eleitos pelo voto popular. Portanto, nada mais justo do que darmos o nosso apoio para que possamos ter essa ação concluída", afirmou o deputado Traiano. ●

Fachin manda Polícia Federal ouvir Sarney, Renan e Jucá

Divulgação PMDB



Jucá, Sarney e Renan teria feito pacto para barrar a Lava Jato



O ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), ordenou que a Polícia Federal (PF) tome o depoimento do ex-presidente da República José Sarney (PMDB-AP), dos senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e Romero Jucá (PMDB-RR) e do ex-presidente da Transpetro Sérgio Machado.

Um dos delatores da Lava Jato, Machado gravou e entregou para o Ministério Público conversas que manteve com os três peemedebistas. Em um dos diálogos, Jucá sugere um pacto para "barrar" a Lava Jato. Em razão da repercussão do caso, o parlamentar de Roraima teve de pedir demissão do Ministério do Planejamento e retornar para o Senado. ●

Ministro Roberto Barroso defende voto em lista fechada

O ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu ontem (23) a proposta de que nas próximas eleições, em 2018, o voto se dê em lista fechada, na qual o eleitor vota na legenda e não em um candidato específico.

A proposta voltou a ser

discutida abertamente nesta semana no Congresso Nacional, sendo defendida pelo presidente da Câmara, Rodrigo Maia (DEM-RJ) e do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE). Pelo sistema, o partido define uma ordem de preferência de candidatos ao Legislativo e o eleitor vota na legenda. ■



Barroso criticou o sistema atual no plenário do STF

Preso na "Carne Fraca" acusa deputado do Paraná

Reportagem publicada hoje pelo blog Fausto Macedo do Estadão aponta que gravações feitas a partir de escutas telefônicas da operação "Carne Fraca", que investiga fraudes na fiscalização de frigoríficos citam o nome do deputado federal paranaense Sérgio Souza (PMDB), como tendo recebido "muito dinheiro" do ex-superintendente do Ministério da Agricultura no Paraná, Daniel Gonçalves

Filho, preso na semana passada acusado de chefiar o esquema.

De acordo com a reportagem, a citação aparece em uma conversa telefônica de 11 de abril de 2016 entre Gil Bueno de Magalhães, ex-superintendente regional do ministério no Paraná também preso pela operação e um homem de nome Francisco, que representaria a Cooperativa Agroindustrial Castrolanda, de Castro (Campos Gerais). ■

TRIBUNA DO PARANÁ

VÃO FALAR?

O ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), deu encaminhamento a uma ordem para que a Polícia Federal (PF) interrogue os senadores Romero Jucá (PMDB-RO) e Renan Calheiros (PMDB-AL), bem como o ex-presidente José Sarney e o ex-presidente da Transpetro (subsidiária da Petrobras) Sérgio Machado. Os quatro são alvos de inquérito no STF, aberto em fevereiro, no qual são acusados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) do crime de embaraço à Lava Jato, por tentarem barrar ou atrapalhar as investigações da operação.

24 MAR 2017

BEMPARANÁ

STF rejeita novo recurso de Cunha

Supremo descarta rever decisão que transformou ex-presidente da Câmara em réu na Corte: Lula também “bate na trave”

O Supremo Tribunal Federal (STF) rejeitou na sessão de ontem mais um recurso apresentado no ano passado contra a decisão da Corte de aceitar a denúncia contra o ex-deputado Eduardo Cunha (PMDB-RJ), oferecida pela Procuradoria-Geral da República (PGR). Ele foi acusado de receber propina de contrato de exploração de petróleo no Bênin, na África, e usar contas na Suíça para lavar o dinheiro.

A defesa de Cunha pedia que a denúncia fosse rejeitada, alegando que alguns pontos apresentados pelos advogados não foram analisados pelo STF quando a Corte aceitou a denúncia. O pedido foi rejeitado por unanimidade. Apesar de ter sido aceita a denúncia no STF, o caso das contas da Suíça passou para a 13ª Vara Federal de Curitiba depois de Eduardo Cunha perder o mandato. Sérgio Moro, titular da ação penal, determinou a prisão dele, que foi cumprida no dia 19 de outubro. Em fevereiro, a Corte havia negado um pedido de liberdade de Cunha. Na reclamação 25.509, a defesa do deputado cassado pedia a anulação da prisão preventiva que lhe foi determinada por Moro em outubro passado.

Lula - O STF também rejeitou ontem um recurso do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva contra a decisão do ministro Teori Zavascki que remeteu investigações sobre ele para o juiz federal Sérgio Moro, responsável pela condução da Lava Jato na primeira instância.

A decisão foi tomada na primeira sessão com a presença de Alexandre de Moraes como ministro do Supremo. O pedido de Lula foi feito dentro de uma reclamação sigilosa no STF que estava há semanas na pauta de julgamento. Em 13 de junho de 2016, Teori invalidou parte da interceptação telefônica feita pela Lava Jato, envolvendo Lula e a então ex-presidente Dilma Rousseff.

24 MAR 2017

BEMPARANÁ

"Anulação é descabida"

O procurador Deltan Dallagnol publicou nas suas redes sociais um texto no qual ataca a tese defendida pelo ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal (STF), de que as delações premiadas cujo conteúdo tenha sido objeto de vazamento podem ser anuladas. Para o coordenador da força-tarefa de procuradores da Lava Jato, em Curitiba, embora os vazamentos sejam condenáveis, a ideia de anu-

lar "não tem pé nem cabeça."

O procurador argumenta faltar senso prático para a tese uma vez que ela esvaziaria o instituto da colaboração premiada. Com a possibilidade, diz, o próprio delator ou um delatado ciente das acusações contra ele poderia vazá-las para obter a anulação das provas colhidas.

"A proposta abriria um canal para que os próprios delatores, delatados ou pessoas mal intencionadas garantis-

sem a impunidade de potenciais criminosos. Seu efeito seria a contenção do avanço de investigações como a #LavaJato, que se expandem exponencialmente por meio das delações", apontou Dallagnol.

No entendimento do procurador, a "sugestão de que o vazamento contamina a prova que lhe antecede não tem fundamento legal" e "afirmar que colaborações são ilícitas porque houve vazamentos posteriores significa rasgar a lei e os livros".

Blogueiro

Moro manda excluir fonte

O juiz federal Sérgio Moro determinou ontem que seja excluído do processo que investiga o blogueiro Eduardo Guimarães, responsável pelo Blog da Cidadania, "qualquer elemento probatório relativo à identificação da fonte da informação". Na terça-feira, 21, Eduardo Guimarães foi conduzido coercitivamente em inquérito da Polícia Federal no Paraná que investiga o vazamento do mandado de condução coercitiva do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva na Operação Lava Jato. O magistrado havia determinado ainda a apreensão de aparelhos eletrônicos na residência de Guimarães. O blogueiro teve seu notebook e seu celular capturados. A ação provocou polêmica em entidades de jornalistas de todo o País.

Reforma

Barroso defende lista fechada

Em seminário sobre reforma política em Brasília, o ministro Luís Roberto Barroso, do Supremo Tribunal Federal (STF), defendeu ontem a adoção do sistema distrital misto, com a implantação de uma lista pré-ordenada por partido. Para o ministro, a lista fechada é mais democrática do que a lista aberta, por permitir que o cidadão veja o "pacote completo" de candidatos de cada sigla. No atual sistema, destacou Barroso, um eleitor que vota em um deputado federal filiado a um partido favorável à descriminalização do aborto pode acabar elegendo um pastor evangélico da mesma coligação. O presidente Michel Temer disse que "não tem tanta simpatia" pela chamada lista fechada - proposta que vai constar do relatório da comissão.

Justiça

Fachin quer interrogar Jucá

O ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), deu encaminhamento a uma ordem para que a Polícia Federal (PF) interrogue os senadores Romero Jucá (PMDB-RO) e Renan Calheiros (PMDB-AL), bem como o ex-presidente José Sarney e o ex-presidente da Transpetro (subsidiária da Petrobras) Sérgio Machado. Os quatro são alvos de inquérito no STF, aberto em fevereiro, no qual são acusados pela Procuradoria-Geral da República (PGR) do crime de embaraço à Lava Jato, por tentarem barrar ou atrapalhar as investigações da operação. Os interrogatórios já haviam sido autorizados em fevereiro, mas, em despacho datado da última segunda-feira, o ministro enviou os autos à PF.

MÔNICA BERGAMO

A MEDIDA DA FORÇA

24 MAR 2017

O STF (Supremo Tribunal Federal) deve julgar em breve a constitucionalidade das conduções coercitivas, determinadas mais de 200 vezes na Operação Lava Jato. O ministro Gilmar Mendes já liberou seu voto, o que deixa o processo pronto para entrar em pauta.

EM SILÊNCIO

A ação, movida pela OAB, diz que, quando realizada na fase investigatória, a medida viola os princípios da imparcialidade e o direito que o investigado tem ao silêncio e também a não produzir provas contra si mesmo. O fato de a maior parte delas ter sido realizada sem que os conduzidos tivessem sido intimados anteriormente só agravaria a ilegalidade.

TUDO CUIDADO

A força-tarefa da Lava Jato tem defendido a necessidade das conduções coercitivas. Na mais espetacular delas, com o ex-presidente Lula, os procuradores afirmaram que houve a determinação para protegê-lo.

SER OU NÃO SER

E a condução coercitiva do blogueiro Eduardo Guimarães, determinada pelo juiz federal Sergio Moro nesta semana, deixou ministros do STF incomodados. Um dos mais antigos da corte se disse chocado com o argumento do magistrado de que Guimarães não é jornalista. Quem seria o juiz, diz o ministro, para dizer se alguém é ou não jornalista?

LIVRE

O próprio Supremo já definiu que não é preciso diploma de jornalista para exercer a atividade.

FOLHA DE S. PAULO

E EU?

Senadores de oposição se dizem perplexos por não terem sido convidados por Alexandre de Moraes para a sua posse como ministro do STF. "Eu estranhei. Em seis anos de mandato, é a primeira vez que isso acontece", diz Jorge Viana (PT-AC). A senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) afirma que estranhou tanto que colocou a sua equipe para investigar se houve algum engano do cerimonial.

EM TODAS

"Na hora de pedir votos, ele soube vir ao meu gabinete. Na hora em que vira ministro e tem que mostrar grandeza, imparcialidade, independência, faz isso. Está começando mal", afirma ela, dizendo que sempre foi convidada e que foi à posse, por exemplo, do ministro Edson Fachin.

CORAÇÃO

O cerimonial diz que respeita as regras do STF e a lista pessoal dos ministros que tomam posse. O senador Aécio Neves (PSDB-MG), por exemplo, foi convidado.

24 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

HÉLIO SCHWARTSMAN

Vazamento é crime?

SÃO PAULO - O vazamento de informações sigilosas por agentes do Estado deve ser criminalizado?

A pergunta é capciosa. O ministro da Fazenda que avisa seus amigos de que haverá um congelamento de preços decerto merece punição. Mas será que se pode dizer o mesmo do servidor público que denuncia anonimamente à imprensa as suspeitas que tem a respeito da licitação planejada em seu departamento? Ambos tinham o dever legal de manter o sigilo, mas, enquanto o primeiro caso encerra óbvia violação ética, o comportamento do segundo funcionário pode ser descrito como moralmente aceitável ou até mesmo obrigatório.

Estamos aqui diante de um daqueles conceitos que, como a pornografia, não se prestam a uma regulação "a priori". O curioso é que as democracias, um pouco por planejamento e muito por tentativa e erro, encontraram uma fórmula para lidar com essas situações. Elas dão ao Estado o direito de impor o dever de sigilo aos seus quadros, mas asseguram que jornalistas e demais cidadãos que tentem desvendar os segredos não terão seus trabalhos embaraçados, podendo até mesmo preservar o anonimato de suas fontes.

Parece contraditório e de fato o é. Mas há uma lógica por trás disso. A aposta aqui é que o estado de tensão entre o sigilo imposto ao agente público e a publicidade perseguida pela imprensa, que não deixa de ser uma materialização do sistema de freios e contrapesos, produzirá uma resultante positiva para a sociedade.

Há aí, é claro, vários pressupostos nem sempre realizados, como o de que o jornalista será capaz de evitar ao menos as manipulações mais grosseiras e se moverá mais pelo interesse público do que pelo gosto por fofoca, entre tantos outros. Não resta dúvida, porém, de que é preferível um arranjo em que a imprensa possa errar e cometer injustiças, que sempre poderão ser corrigidas "a posteriori", do que um em que as pessoas não tenham mais o direito de falar.

24 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Assessor muito especial

Trocam-se os nomes, para que nada mude na essência. A frase, que com algum pessimismo se poderia aplicar a muito da política parlamentar brasileira, parece ter sido seguida à letra pela Assembleia Legislativa de São Paulo.

Em manobra primária, deputados estaduais paulistas trataram de fugir a uma determinação do Ministério Público. Este considerara inconstitucional a nomeação, para funções técnicas, de 251 assessores contratados sem concurso.

De fato, como exerciam cargos de confiança —de livre nomeação por parte dos deputados—, tais servidores não estariam habilitados a exercer funções que dependem de qualificação específica, a ser avaliada em provas públicas.

Os parlamentares paulistas não se deram por vencidos: aprovaram, em 14 de março, lei que modifica o nome dos postos que desejavam manter nas mãos de seus indicados.

Em vez de “assistente técnico parlamentar”, a função ganha o título de “secretário especial parlamentar”. Já o “assessor técnico de gabinete” se torna “assessor especial de gabinete” —e assim, graças à mágica do termo “especial”, preserva-se a situação dos funcionários sem concurso.

Vale dizer, dos que se beneficiam de relações “especiais” —como apadrinhamento, favoritismo ou

parentesco— com os deputados.

Como se não bastasse, aliás, o espantoso número de cargos comissionados (isto é, de livre nomeação) à disposição dos 94 membros da Assembleia Legislativa.

Há 2.927 vagas a serem preenchidas por amigos, cabos eleitorais, fantasmas (e até servidores) de qualquer tipo, contra apenas 759 funcionários admitidos por meio de critérios técnicos e impessoais.

A lei aprovada, que depende agora de sanção pelo governador Geraldo Alckmin (PSDB), admite de modo quase explícito a instituição do funcionário fantasma: prevê que os ocupantes de cargos “especiais” possam dedicar-se a “trabalhos externos” à Casa Legislativa.

Tem-se, em resumo, uma burla evidente à iniciativa do Ministério Público, que visava a moralizar —ainda que em mínima proporção— o sistema das nomeações.

A persistir na situação em que se encontra, talvez o próprio Legislativo paulista mereça a mesma denominação que encontrou para fugir da norma constitucional.

Distante de seu papel fiscalizador e político, entregue a uma letargia bovina de assentimento ao Executivo, a Assembleia Legislativa surge de fato como espécie de vasta “assessoria especial”, no vazio das funções políticas que não se dispõe a exercer.

FOLHA DE S. PAULO

TCE de SP faz livre nomeação para cargos de função técnica

24 MAR 2017

Sem concurso, médicos têm salário de R\$ 30 mil

O Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, fiscal dos órgãos públicos paulistas, mantém em seu quadro servidores comissionados que desempenham funções técnicas, para as quais seria exigido concurso. Segundo a Constituição e decisões do Supremo Tribunal Federal, cargos de confiança são apenas para chefia e assessoramento.

No TCE, ao menos quatro médicos que atendem aos demais servidores em um posto de saúde interno, a Diretoria de Saúde e Assistência Social, são comissionados, com salários em torno de R\$ 30 mil. Um deles é Eduardo de Moraes, irmão do ministro do STF Alexandre de Moraes.

Por motivo semelhante, a Assembleia Legislativa de SP é alvo de uma ação que questiona a existência de 251 cargos de confiança. Para tentar mantê-los, como a **Folha** noticiou nesta quinta (23), a Casa resolveu só renomeá-los.

O TCE já julgou irregulares contas de municípios que tinham comissionados em funções técnicas — caso de Carapicuíba, em 2009. “A alegada autonomia para organizar seu funcionalismo não presuppõe a possibilidade de o administrador público descumprir preceitos constitucionais”, decidiu na ocasião o conselheiro Roque Citadini.

O TCE disse cumprir uma lei estadual de 1978. (REYNALDO TUROLLO JR. E FABRÍCIO LOBEL)

PAINEL

Amostra grátis

Mesmo com a avaliação unânime de que os depoimentos de ex-executivos da Odebrecht ao TSE (Tribunal Superior Eleitoral) fulminam a imagem de Dilma Rousseff e de Lula, nenhum rival do PT comemorou. Divulgadas nesta quinta (23), as falas foram lidas como simples petisco do que está por vir na delação firmada por mais de 70 quadros da empreiteira com a Lava Jato. Esse material, sabem os políticos, não poupará quase nenhuma das cabeças estreladas da República.

24 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Projeto não resolve insegurança jurídica, afirmam advogados

Para eles, proposta aprovada pelos deputados é genérica e abre espaço para contestações na Justiça

Se sancionado, texto vai mudar foco da atuação do Ministério Público, que deve passar a recair sobre terceirizadas

FERNANDA PERRIN
DANIELLE BRANT
DE SÃO PAULO

O projeto de lei que regulamenta a terceirização aprovado na Câmara dos Deputados nesta quarta-feira (22) não resolve o problema de insegurança jurídica que existe atualmente, segundo especialistas ouvidos pela **Folha**.

Hoje, a terceirização é liberada para atividades-meio e não para as atividades-fim. A distinção entre os conceitos, porém, dá brecha para questionamentos na Justiça.

O projeto de lei tenta resolver o problema, mas cria outro, na visão de advogados. Isso porque o texto fala que “serviços determinados e específicos” podem ser terceirizados. A expressão, contudo, é considerada genérica.

“No fundo trocamos um problema pelo outro. Vai dar margem a novos questionamentos”, disse o professor de direito trabalhista da USP Estêvão Mallet.

“Você vai de novo deixar na mão do Judiciário decidir o que seria específico e determinado”, afirmou a advogada Daniela Yuassa, do escritório Stocche Forbes.

O texto, que aguarda sanção do presidente Michel Temer, também deve colocar maior fiscalização sobre as empresas prestadoras de serviços (as terceirizadas contratadas pelas empresas para fornecer mão de obra).

Hoje, o alvo da atuação do Ministério Público na fiscalização de irregularidades na terceirização de atividades-fim são as empresas contratantes das terceirizadas.

Se confirmada a mudança, o foco passa a ser a fiscalização das condições de trabalho nas empresas terceirizadas. “O Ministério Público do Trabalho vai contrapor as

condições do empregado do tomador de serviço e do terceirizado, e aí ele vai para cima do prestador”, diz Yuassa.

A empresa que contrata a terceirizada, contudo, ainda pode ser acionada na Justiça pelo trabalhador caso direcione o trabalho do terceirizado, por exemplo controlando seus horários ou alocando para outra função.

“Não vai eliminar a possibilidade de o terceirizado ser reconhecido como empregado da empresa que contrata a prestadora de serviços. Quem tem que gerir o trabalho é a prestadora, e não a contratante. Não vai diminuir a judicialização”, diz Carla Romar, professora da PUC-SP.

A preocupação em não caracterizar um vínculo de subordinação deve impedir uma terceirização generalizada das funções, na visão dos especialistas. “Cargos de gestão, por exemplo, jamais serão terceirizados, na minha opinião, assim como cargos de confiança e estratégicos”, diz Williane Ibiapina, sócia do escritório Siqueira Castro.

Já para José Wahle, sócio do Veirano Advogados, o projeto não é ideal mas é melhor do que não ter lei. “Agora o Judiciário vai ficar ocupado preenchendo as lacunas.”

“Você vai de novo deixar na mão do Judiciário decidir o que seriam serviços determinados e específicos

DANIELA YUASSA
advogada do escritório Stocche Forbes

24 MAR 2017

FOLHA DE S. PAULO

Corintianos pegam pena de até 20 anos de prisão por morte

VIOLÊNCIA Três integrantes da torcida organizada Gaviões da Fiel foram condenados pelo homicídio de palmeirense

DE SÃO PAULO

Três torcedores corintianos foram condenados na madrugada desta quinta-feira (23) pela morte do palmeirense Gilberto Torres, ocorrida em 2014, após briga entre integrantes de organizadas. A confusão aconteceu na estação de trem de Franco da Rocha (na grande São Paulo), em 17 de agosto daquele ano.

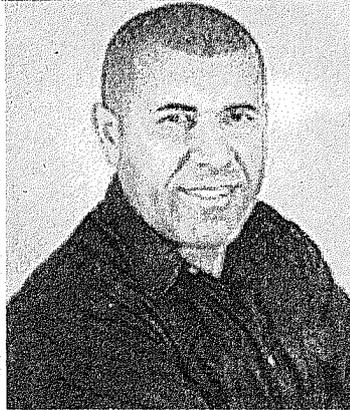
“Demos uma resposta para a sociedade. Foi feita justiça e é importante que outros torcedores que usam o escudo de clubes como desculpa para atos violentos percebam que não ficarão impunes”, disse à **Folha** o promotor Luis Felipe Delamain Buratto.

Os torcedores Raimundo Cesar Faustino, Leonardo Gomes dos Santos e Gentil Chaves Siani foram condenados por homicídio em júri popular no Fórum da cidade.

Os jurados decidiram que os três usaram um pedaço de madeira para agredir a vítima, com agravantes de dificultarem a sua defesa e morte por método cruel.

Os três são integrantes da torcida organizada corintiana Gaviões da Fiel. Torres, que sofreu traumatismo craniano e morreu três dias depois, era da Mancha Alvi Verde, organizada do Palmeiras.

Faustino, ex-vereador em Franco da Rocha e conheci-



Raimundo Cesar Faustino foi um dos condenados

do como Capá, foi condenado a 20 anos de prisão em regime fechado. Santos recebeu 18 anos de reclusão. Ele desmaiou ao ouvir a sentença. Siani teve a pena mais branda: 16 anos de prisão.

“A sentença maior de Faustino foi pela liderança que ele exercia sobre o grupo e na torcida organizada. Isso foi admitido em depoimento”, completou Buratto.

Faustino também já havia sido flagrado em outras brigas de torcidas. Em 2013, foi fotografado em confusão com vascaínos em Brasília.

LONGE DOS ESTÁDIOS

Foi determinado também que, após o cumprimento da pena, os três ficarão proibidos de estar nas redondezas de estádios de futebol em di-

as de jogos. O prazo varia de seis meses (Faustino) a três meses (Siani). Cabe recurso.

A **Folha** tentou entrar em contato com os advogados dos três corintianos, mas não conseguiu até o fechamento desta edição.

Se a condenação for confirmada após o recurso, os três torcedores podem progredir para o regime semi-aberto após terem cumprido 40% da pena. No caso de Faustino, são oito anos. Para Santos, sete anos e dois meses. Pela pena de Siani, seis anos e quatro meses.

“Mas isso [a progressão da pena] dependerá de uma série de fatores, como a capacidade de se reinserirem na sociedade”, diz o promotor.

A mãe de Torres, presente ao julgamento, disse ter sentido pena das mães dos condenados. “Ninguém espera que um filho seu cometa um crime desses”, afirmou.

“Nenhuma sentença dada pelo juiz neste caso traria a vítima de volta. Mas era preciso mostrar que a Justiça pode ser feita contra essas pessoas que usam a imagem de torcedores, mas são bandidos”, disse Buratto.

O julgamento começou às 10h de quarta-feira (22) e terminou às 6h45 de quinta. Foram ouvidas 12 testemunhas de acusação e defesa, além dos réus. (ALEX SABINO)

A cada hora 503 mulheres sofrem agressões físicas

No último ano, uma em cada três mulheres sofreu algum tipo de violência, seja ela física, psicológica ou sexual. Uma pesquisa do Datafolha, encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança, aponta que a cada hora 503 mulheres sofrem agressões físicas no Brasil. O tema motivou o debate em um seminário promovido pelo Ministério Público do Paraná, em Curitiba, nesta quarta-feira (22). O encontro com representantes do Poder Público discutiu os desafios da aplicação da Lei Maria da Penha.

Dados do Ministério da Saúde apontam que das quase 600 mil mulheres atendidas pelo órgão em situação de violência, entre 2011 e 2015, aproximadamente seis mil morreram. Destas, pelo menos, 20% foram agredidas mais de uma vez. E o assustador, 70% delas moravam com o inimigo. “As pessoas que deveriam estar tratando com afeto, atuando no sentido solidário, são as que praticam a violência. Infelizmente isso ainda é oriundo de uma cultura patriarcal, machista.”, afirma o coordenador de Proteção aos Direitos Humanos do MP, procurador de Justiça Olympio de Sá Sotto Maior.

De acordo com o Ligue 180, da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, no primeiro semestre de 2016 o volume de relatos de violência doméstica e familiar foi 133% maior que o mesmo período de 2015. Os casos chegaram a aproximadamente 58 mil registros.

A Lei Maria da Penha cria mecanismos para coibir as agressões e facilitar a denúncia. “A gente tem que ter claro que a lei por si só não muda a realidade social. O que transforma a realidade é o exercício dos direitos que estão previstos em lei”, ressalta o procurador.

CONTINUA

24 MAR 2017

PARANÁ PORTAL

CONTINUAÇÃO

Ações no Paraná

No Paraná um juizado especial e centros de apoio em sete regionais foram criados para combater esses índices de violência doméstica. Segundo a coordenadora de Combate a Violência de Gênero do Tribunal de Justiça do Paraná, Lenice Bodstein, é fundamental que o Estado trabalhe no âmbito familiar. “Esses juizados são matéria cível e de matéria criminal. Porque junto vem a família. E tem que acolher a família, as crianças que são sempre muitas atingidas também precisam ser trabalhadas pelas políticas públicas”, reforça.

24 MAR 2017

Parceria do Paraná e OEA vai ampliar reinserção de quem cumpre pena no Estado

O Paraná e a Organização dos Estados Americanos (OEA) iniciam ações conjuntas para desenvolver e avaliar projetos e programas que resultem em uma melhor distribuição da justiça e do sistema penitenciário do Estado. A parceria, inédita no Brasil, foi assinada nesta quinta-feira (23) pelo governador Beto Richa e a diretora do Departamento de Segurança Pública da OEA, Paulina Duarte, em solenidade no Palácio Iguazu.

A iniciativa, que tem caráter de atenção à cidadania e respeito aos direitos humanos, envolve o Governo do Estado e também o Tribunal de Justiça, o Ministério Público, a Defensoria Pública e a OAB-PR. Beto Richa afirmou que, além de melhorar a situação prisional, a parceria com a OEA vai ampliar a reinserção social de quem cumpre pena no Paraná. “As pessoas que se encontram hoje nesta situação estão, por um período, pagando sua dívida com a sociedade, mas não perderam a condição de seres humanos”, disse Richa.

“A parceria firmada hoje vai permitir a troca de experiências para tornar o Paraná referência nessa área, melhorando a justiça penal e o nosso sistema penitenciário”, afirmou.

PARANÁ AVANÇA - Para a diretora da OEA, o trabalho conjunto com o Paraná servirá de modelo para outros estados brasileiros e também aos demais países que compõem a organização. “O Paraná está avançando muito nas práticas inovadoras de cumprimento das penas”, salientou Paulina Duarte. “Como

CONTINUA

CONTINUAÇÃO

24 MAR 2017

organismo multilateral, buscamos apoiar o Estado na sistematização dessa metodologia e no desenvolvimento de outros programas que garantam a ressocialização das pessoas que estão privadas de liberdade”, explicou.

O governador Beto Richa citou alguns projetos implementados pelo Estado para diminuir a população carcerária e os detentos em delegacias, como a aquisição de cinco mil tornozeleiras eletrônicas e a implantação das audiências de custódia em parceria com o Judiciário. “São ações que contribuem para melhorar a situação caótica que o sistema penitenciário brasileiro se encontra hoje”, disse.

COOPERAÇÃO – O plano de cooperação entre o Paraná e a OEA abrange medidas alternativas de encarceramento, audiência de custódia, ampliação do acesso à Justiça e maior eficiência do Judiciário no combate à superpopulação penitenciária, informatização dos processos de execução penal, fortalecimento do sistema penitenciário na reinserção social e na melhoria da infraestrutura dos presídios, capacitação dos funcionários e dos gestores e planejamento.

De acordo com Paulina Duarte, a OEA também contribuirá com o Estado na captação de recursos para a implementação dessas estratégias. “A reinserção social é a única forma de evitar reincidência e garantir que as pessoas que cumpriram a sua pena tenham, efetivamente, o direito de retomar a sua vida com dignidade”, completou.

UNIDADE MODELO – A parceria do Paraná com a OEA nasceu do projeto Cidadania nos Presídios, lançado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e executado no Paraná pelo Departamento Penitenciário do Paraná (Depen) e pelo Grupo de Monitoramento e Fiscalização do Sistema Carcerário (GMF), do Tribunal de Justiça. Foi instalada dentro do Complexo Penitenciário de Piraquara, a Unidade de Progressão, que é modelo em tratamento penal.

CONTINUA

De regime fechado, a unidade é o lugar onde os presos trabalham e estudam o dia todo. O objetivo é preparar os detentos para voltarem ao convívio social após o cumprimento total da pena. Atualmente, a unidade possui 166 detentos, em fase final de cumprimento de pena, ou seja, próximo de retomar o convívio em sociedade. Além disso, o preso também precisa possuir um bom comportamento carcerário.

O secretário da Segurança Pública e Administração Penitenciária, Wagner Mesquita, explicou que esse projeto pode ser replicado em outras regiões. “Nos quatro meses de projeto, quatro presos já ganharam a liberdade e nenhum deles voltou a delinquir. Então é necessário mostrar à sociedade que existe a possibilidade de reabilitação, por meio da leitura, do estudo e do trabalho”, explicou. “Com a visita e a assinatura do convênio com a OEA, a ideia é dar a visibilidade e potencializar esse projeto”, afirmou.

O diretor-geral do Depen, Luiz Alberto Cartaxo, afirmou que a ocupação dos presos é a melhor alternativa de ressocialização. “As atividades internas possibilitam aos presos um crescimento intelectual e melhoram a sua situação”, disse. “Nós oferecemos a oportunidade de estudo e trabalho para preparar o indivíduo ao seu retorno na sociedade. A cada três dias de trabalho ou estudo, um dia é reduzido da pena”, explicou.

OCUPAÇÃO – Entre as atividades, os presos têm aula de diversas disciplinas, fazem projetos de arte, confecção de porcelanas, uniformes e roupas infantis. “Estou nesta unidade há três meses e está bem melhor do que antes. Tem trabalho, tem coisa boa pra fazer, tem estudo. Na anterior também tinha, mas aqui você trabalha no período da manhã e estuda à tarde”, diz um dos detentos. Com 28 anos, ele já cumpre pena há quatro anos.

“Estou dentro do sistema penitenciário há 14 anos e aqui há três meses”, disse outro detento. “Faço pintura em tela e azulejo. Já terminei os estudos e agora só trabalho. Ganho remissão de pena para cada livro que eu leio. É um sistema exemplar, pois todo mundo tem o objetivo de trabalhar, estudar e ir embora”, avaliou.

CONTINUAÇÃO

24 MAR 2017

PRESENCAS – Participaram da solenidade o presidente do Tribunal de Justiça do Paraná, Renato Braga Bettega; o defensor público-geral do Estado, Sérgio Parigot de Souza; o especialista associado junto ao Departamento de Segurança Pública da OEA, Luiz Geraldo Manfredi; presidente do Conselho da Comunidade na Execução Penal da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba, Isabel Kluger Mendes; e o presidente do Conselho Penitenciário, Dálio Zippin; o secretário de Estado da Cultura, João Luiz Fiani, além de procuradores e desembargadores.

No Paraná, 25% dos detentos trabalham e 44% estudam

Atualmente, cerca de 35 mil pessoas estão presas no Paraná. São aproximadamente 20 mil presos no sistema penitenciário e 9,3 mil em delegacias. Cinco mil pessoas são monitoradas por tornozeleira eletrônica. Dos 35 mil, 25% trabalham e 44% estudam ou participam de projetos de leitura para remissão da pena.

O número de presos em delegacias já chegou a 15 mil no Estado e, gradualmente, a Secretaria da Segurança Pública e Administração Penitenciária tem conseguido reduzir este índice. Com recursos do governo federal, o Paraná elaborou um cronograma para 14 obras no sistema prisional, sendo oito construções e seis ampliações.

Pelo cronograma do Setor de Engenharia e Arquitetura da pasta, duas dessas obras devem ser concluídas até o fim do ano: o Centro de Integração Social de Piraquara e a Cadeia de Campo Mourão. As demais têm previsão de conclusão até o fim de 2018.

As novas obras vão aumentar em 6.756 o número de vagas no sistema prisional do Paraná. Até o momento, já foram destinados R\$ 100 milhões do governo federal para o projeto, com R\$ 30 milhões de contrapartida do governo do Estado – números que devem crescer no decorrer das obras.

Assessoria de Imprensa MP-PR

24 MAR 2017

Ex-prefeito e ex-vereadores de Antonina são presos por corrupção e associação criminosa

A Operação Grande Hermano, deflagrada pela 2ª Promotoria de Justiça de Antonina, no Litoral paranaense, nesta quinta-feira, 23 de março, prendeu dois ex-vereadores, o ex-prefeito na gestão 2013-2016 e um assessor do ex-prefeito. Foram cumpridos também mandados de busca e apreensão nas casas dos réus.

Investigações do Ministério Público apuram delitos de corrupção ativa e passiva e de associação criminosa. Foram encontrados indícios de que o ex-prefeito pagava “mensalinhos” para os vereadores a fim de garantir a maioria na Câmara. Os dois vereadores presos inclusive votaram a favor do prefeito em um processo de cassação que sofreu.

Segundo apurou a Promotoria de Justiça, os pagamentos eram realizados com envolvimento de procuradores do Município, do então assessor e de secretários daquela gestão. Os sete réus envolvidos tiveram mandados de prisão decretados, sendo que três ainda estavam pendentes de cumprimento até a tarde desta quinta-feira.

Um ex-secretário alvo da operação também foi denunciado por haver torturado uma criança de 11 anos (em delito sem relação com o caso de corrupção) e teve deferido pedido de prisão preventiva pela prática desse crime.